

## **VIOLÊNCIA E FRONTEIRA: ANOTAÇÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO**

André Luiz Faisting  
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD  
[faisting@uol.com.br](mailto:faisting@uol.com.br)  
Financiamento: CNPq  
GT 1 - Justiça, crime, política e desigualdade

Pretende-se apresentar parte de uma pesquisa em curso na UFGD, localizada no sul de Mato Grosso do Sul, que tem como objetivo compreender como as questões relacionadas à violência articulam-se em torno dos problemas característicos dessa região, por exemplo, a proximidade da fronteira com o Paraguai e a existência de um mercado informal e de diversas formas de “ilegalismos” como contrabando, tráfico de drogas e armas, a forte presença indígena e os problemas de “invisibilidade” e conflitos daí advindos, as disputas em torno da posse de terra e a criminalização dos movimentos sociais, entre outros. Para tanto, a pesquisa está sendo desenvolvida em 9 municípios da Grande Dourados por meio de entrevistas com profissionais da área de segurança e justiça, bem como de representantes de segmentos da comunidade e dos movimentos sociais. Teoricamente, a pesquisa está referenciada na Teoria das Representações Sociais, no sentido de que a violência no contexto das fronteiras não pode ser analisada apenas em termos de sua objetividade e de seus indicadores quantitativos, por mais importantes que essas dimensões sejam. A violência é, também, o que se representa como violência. Assim como a violência, a própria fronteira também pode ser analisada em sua dupla dimensão: ela mesma enquanto representação social, e como território onde a violência se manifesta e é representada de maneira concreta. De posse dos dados ainda preliminares, pode-se dizer que, para além da criminalidade comum, essa região de fronteira ainda está marcada por formas tradicionais de violência, o que faz dela, e provavelmente das outras fronteiras no Brasil, nos termos de Martins (2008), o espaço da “recriação/renovação do arcaico”.

### **INTRODUÇÃO**

Ao apresentarem um balanço dos estudos sobre violência no Brasil, Barreira e Adorno (2010) <sup>1</sup> indicam a necessidade de ampliação do conhecimento para outras regiões do País, e argumentam que “no estágio atual é impossível uma visão do território nacional como um todo, o que nos permitiria melhor entender fenômenos contemporâneos como o fluxo de migrantes, mercadorias e capitais nas fronteiras (BARREIRA e ADORNO, 2010, p. 343). É dentro dessa lacuna de pesquisas sobre a violência nas fronteiras do Brasil que estamos desenvolvendo, em diálogo com uma pesquisa nacional sobre segurança pública

---

<sup>1</sup> Os autores recuperam as contribuições de balanços anteriores - Adorno (1993), Zaluar (1999) e Kant de Lima, Misse e Miranda (2000) – que avaliaram as tendências teóricas, conceituais, metodológicas e temáticas que caracterizaram esse campo desde os anos 1970 até o ano de 2000 - e acrescentam novas contribuições do período mais recente

nas fronteiras <sup>2</sup>, um estudo sobre as representações da violência na fronteira da região conhecida com a *Grande Dourados*. O presente texto pretende oferecer uma breve caracterização dessa fronteira, bem como algumas reflexões teóricas e metodológicas que fundamentam nosso projeto, sobretudo no que se refere à Teoria das Representações Sociais. Ou seja, importa ressaltar que a violência em geral, e no contexto das fronteiras em particular, não pode ser analisada apenas em termos de sua objetividade e de seus indicadores quantitativos, por mais importantes que essas dimensões sejam. A violência é, também, o que se representa como violência. Nas palavras de Porto,

Interrogando o componente objetividade, violência seria o que os números e as estatísticas assinalam como tal, fazendo ressaltar o caráter 'inegável' da realidade do fenômeno. Por outro lado, pensada de um ponto de vista subjetivo, a definição da violência precisaria considerar, igualmente, o que diferentes indivíduos e sociedades reputam (representam) como violência. Representação que poderia, em última instância, interferir na própria realidade da violência (PORTO, 2010, p. 76).

Nesse sentido, cabe destacar, ainda que brevemente, esse referencial teórico e metodológico no estudo da violência para, em seguida, apresentar alguns dados da faixa de fronteira onde está situada a *Grande Dourados*, em termos dos problemas característicos da região, da organização das forças de controle, das políticas públicas propostas e desenvolvidas, bem como algumas percepções de policiais e juízes colhidas a partir da pesquisa de campo que estamos desenvolvendo nos municípios dessa região.

## 1. VIOLÊNCIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Para Porto, “os vários enfoques a partir dos quais o fenômeno da violência têm sido abordado, aquele centrado na análise das representações sociais não tem merecido estatuto privilegiado na sociologia” (PORTO, 2010, p. 67). Embora o conhecimento via representações sociais pode ser entendido como sendo de segundo grau, na medida em que se chega a ele não através dos dados brutos da realidade mas a partir dos questionamentos

---

<sup>2</sup> O projeto “*Pesquisa sobre segurança pública nas fronteiras*” é financiado pelo Ministério da Justiça e coordenado pelo Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ. A pesquisa de âmbito nacional tem como objetivo realizar um diagnóstico da situação de segurança pública nos municípios da faixa de fronteira de todo o território nacional. Assim, o universo de pesquisa cobre os 588 municípios brasileiros da faixa de fronteira, cujos levantamentos são realizados com base em dados secundários, em *survey* numa amostra de 178 municípios, e trabalho de campo qualitativo em 55 municípios desse universo. Durante o ano de 2013 atuamos como pesquisador numa das duas equipes formadas para cobrir toda a faixa de fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul, levantando dados quantitativos e qualitativos em 23 municípios localizados no sul do Estado.

sobre esses dados no sentido do que se pensa sobre eles, no caso da violência o conhecimento via representações torna-se tão importante quanto, na medida em que permite conhecer quais crenças, valores e sentimentos fundamentam, orientam, e muitas vezes tentam mesmo legitimar os atos de violência. Dai a importância em adotar a noção de representações sempre no plural, ou seja, partimos do pressuposto de que os blocos de sentidos, crenças e valores, que constituem a matéria-prima das representações sociais, não devem ser entendidos como blocos homogêneos de percepção e (re)produção de uma dada realidade, mas como estando muitas vezes em conflito e em oposição a outros blocos de sentidos, crenças e valores sobre o mesmo fenômeno.

Com efeito, não há como avançar no conhecimento de uma determinada realidade social, no caso a violência, sem que busquemos compreender como essa realidade é percebida e reproduzida pelos diferentes segmentos que a vivenciam. Para Jodelet,

Frente a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou ideais, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis porque as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana (...) Elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais (JODELET, 2001, p. 17, *apud* PORTO, 2010, p. 66).

Ao apresentar a Teoria das Representações Sociais como uma estratégia para abordagem da realidade social, Porto (2010) argumenta:

Reinserir a outrora recorrente questão das crenças e dos valores nos dispositivos disponíveis à explicação sociológica, por meio da Teoria das Representações Sociais, significa, igualmente, reinserir a discussão acerca do papel e do lugar da subjetividade na teoria, em sua relação com o também recorrente requisito da objetividade, como condição para a produção do conhecimento válido e relevante para a compreensão sociológica (...) Crenças e valores são a matéria prima do fazer sociológico, seguindo a trilha weberiana de que a objetividade do conhecimento nas ciências sociais vincula-se ao fato do empiricamente dado estar em permanente relação com idéias de valor, recolocando, assim, valores e crenças no interior da explicação sociológica (...) A Teoria das Representações Sociais pode constituir-se em um caminho fértil de análise, na medida em que, por seu intermédio, crenças e valores são apreendidos em sua condição de princípios orientadores de conduta, tratamento que se aproxima daquele da sociologia compreensiva (...) Da mesma forma como justificam e orientam práticas dos atores sociais, assim também, a depender de como são apropriadas pelas instâncias institucionais, as representações sociais podem justificar e orientar políticas públicas (PORTO, 2010, p. 63-64).

A partir desse referencial podemos destacar a pertinência da explicação sociológica da violência via representações sociais, tanto por parte dos agentes da violência, na medida em que as representações “justificam e orientaram as práticas dos atores sociais”, como por parte daqueles que tem a responsabilidade de propor e aplicar políticas públicas de segurança e combate à violência. Contudo, como também ressalta a autora, no caso das políticas públicas estas dependem da forma com as representações são apropriadas pelas instâncias institucionais, ou seja, no caso da violência não há uma única representação do fenômeno, mas essa depende de uma série de fatores que envolvem diferentes interesses, crenças e valores.

Nesse mesmo sentido, a explicação e (re)produção dos fatos da violência, tanto pelo senso comum quanto pelos meios de comunicação, movimentam-se dentro dessa rede complexa de significações que caracteriza a violência como fenômeno empírico. Para compreender as bases de tais representações, também é ilustrativo o estudo de Caldeira (2000) sobre a segregação espacial na cidade de São Paulo, no qual a autora revela que é nas conversas diárias sobre o fenômeno da violência que normalmente se desenvolve a chamada “fala do crime”, através da qual é possível a apreensão de categorias que, concomitantemente, geram formas de conhecimento e “desreconhecimento” e que, por sua vez, justificam termos depreciativos utilizados contra determinados grupos e legitimam, com isso, a violência. A fala do crime é composta por categorias rígidas, utilizadas para classificar simbolicamente o mundo.

A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais. Essa criminalização simbólica é um processo social dominante e tão difundido que até as próprias vítimas dos estereótipos (os pobres, por exemplo) acabam por reproduzi-lo, ainda que ambigualmente (CALDEIRA, 2000, p.10).

Nesse contexto, marcado por um estado psicológico de medo e insegurança, é comum o Estado responder com planos emergenciais de segurança, em geral voltados tanto para o endurecimento da atuação das forças policiais quanto para propostas ao legislativo, no sentido da mudança das leis e o também endurecimento das penas. Nesse sentido, tão importante quanto compreender as diferentes formas de manifestação e representação da

violência, é considerar as diferentes formas punitivas e o aspecto social da punição (FAISTING, 2009).<sup>3</sup>

Em entrevista à *Revista ComCiência* em 2008, ao fazer um breve relato de suas reflexões mais recentes sobre a “cultura do controle”, Garland argumenta que “uma sociedade precisa refletir não somente a respeito de como os indivíduos devem ser punidos, mas sim sobre questões mais amplas, como a política penal afeta comunidades, opiniões políticas, economia e cultura da sociedade de maneira geral”. No que se refere ao propósito de compreender como crenças e valores constitutivos de diferentes representações da violência – e da punição – podem interferir na proposição de políticas públicas, cabe destacar o seguinte argumento do autor:

Geralmente entendemos punição como uma maneira de responder a um indivíduo criminoso – como um castigo por sua agressão, e esperamos que ela reduza o crime, faça justiça e anuncie que esse tipo de comportamento é errado. O meu argumento é que a punição tem efeitos sociais mais amplos que não estão confinados à punição ou controle de indivíduos. Há usos políticos óbvios da punição, que operam na arena política. Por exemplo, a promessa de punições severas é usada para distinguir um candidato que defende políticas muito duras de combate ao crime de um candidato com políticas mais amenas. Assim, a decisão sobre como punir ou que tipo de lei penal introduzir podem ser maneiras simbólicas de marcar um bloco político inteiro de valores e opiniões (GARLAND, 2008, s/p).

Em síntese, para concluir essa breve justificativa sobre o uso da noção de representações sociais para compreender fenômenos como o da violência, recorremos novamente a Porto que, ao finalizar suas considerações sobre a importância desse recorte teórico-metodológico, defende “a relevância de centrar o foco da compreensão nos indivíduos, sem desconhecer que eles não pairam no ar: movem-se e movem suas práticas sociais em contextos específicos (Porto, 2010: 84).

Estes contextos específicos dos quais fala a autora, em nosso caso pode ser traduzido como a fronteira propriamente dita, que também pode ser analisada em sua dupla dimensão: ela mesma enquanto fruto de diferentes representações sociais, e como território onde a violência se manifesta de maneira concreta e em suas múltiplas conexões

---

<sup>3</sup> Para Garland (1990), um obstáculo ao melhor entendimento da punição está no fato de que os esforços empreendidos têm sido apenas no sentido de converter um assunto profundamente social em uma tarefa técnica para instituições de controle social. Para tanto, o desafio inicial estaria em construir, de fato, uma sociologia da punição para explicar a função social e o significado cultural deste fenômeno. É possível superar uma visão da punição associada apenas ao sistema penal como um aparato de poder e controle, e reconhecer que leis criminais e instituições penais incorporam valores morais e sensibilidade que são extensamente compartilhadas pelos diferentes atores sociais.

com os demais fatos da vida social e cotidiana. Cabe destacar, assim, algumas características da fronteira como espaço de práticas e representações da violência, bem como um espaço para proposição e aplicação de políticas públicas que estão, por sua vez, também fundamentadas em normas e valores oriundos de outras representações sociais.

## **2. VIOLÊNCIA, FRONTEIRAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA GRANDE DOURADOS**

Ao apresentarem os primeiros resultados da pesquisa “Violência e Fronteiras” do Núcleo de Estudos da Violência da USP, Salla e Alvarez (2011) destacam alguns casos que foram manchetes nacionais nos últimos anos. Entre eles, os autores citam dois municípios que se localizam na mesma faixa de fronteira na qual se situa a Comarca de Dourados. O primeiro ocorreu em abril de 2010, em Pedro Juan Caballero, cidade paraguaia gêmea da brasileira Ponta Porã, quando o senador paraguaio Robert Acevedo sofreu um atentado que foi atribuído a traficantes de drogas. O segundo caso, um dos mais emblemáticos em termos de corrupção no meio político local, ocorreu em setembro de 2010 justamente em Dourados. Trata-se da chamada “Operação Uragano” da Polícia Federal, que prendeu 28 pessoas acusadas de envolvimento em fraudes em licitações, corrupção ativa e formação de quadrilha (SALLA e ALVAREZ, 2011, p. 4). Essa operação desencadeou um colapso político na cidade, pois foram presos o prefeito e o vice-prefeito, a primeira-dama, quatro secretários e nove dos onze vereadores.

Após analisarem estes e outros eventos, os autores indagam se o contexto da fronteira não seria de algum modo uma dimensão com algum peso na explicação de tais acontecimentos. Além disso, ressaltam que “o que está em jogo também é o próprio imaginário do Estado moderno, a forma de analisar seu papel e limites diante das transformações da contemporaneidade” (SALLA e ALVAREZ, 2011, p. 4-5). Nesse sentido, é importante considerar como as questões relacionadas à violência articulam-se em torno dos problemas característicos dessa região, por exemplo, a proximidade da fronteira com o Paraguai e a existência de um mercado informal e de diversas formas de “ilegalismos” como contrabando, tráfico de drogas e armas, a forte presença indígena e os problemas de “invisibilidade” e conflitos daí advindos, as disputas em torno da posse de terra e a criminalização dos movimentos sociais, entre outros.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Há vários anos Mato Grosso do Sul figura entre os Estados onde há maior número de homicídios contra as mulheres. De acordo com o “Mapa da Violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil”, o Estado ocupa o 5º lugar nesse ranking. No que se refere aos homicídios contra jovens, Dourados também se

A região conhecida como *Grande Dourados* é composta por aproximadamente 14 municípios, e conta com uma população total estimada em mais de 400 mil habitantes, todos situados dentro dos limites do que se considera como *faixa de fronteira*.<sup>5</sup> No que se refere à economia, a região se destaca como grande produtora de grãos destinados à exportação e fortalecimento do agronegócio. A região também tem sido palco, mais recentemente, da expansão do plantio da cana de açúcar para produção de álcool, com a instalação de várias usinas em diversos municípios, gerando vários problemas trabalhistas e ambientais (muitas vezes envolvendo os indígenas).

A configuração desse modelo socioeconômico na região não ocorre de modo harmônico, mas é marcada por conflitos sociais e processos de exclusão que não raramente incidem sobre os sistemas de justiça e segurança pública. Exemplo disso é a presença de vários movimentos sociais no estado que questionam o modelo vigente e reivindicam a execução de políticas públicas de preservação ambiental, respeito à diversidade e inclusão social. Destaca-se, entre esses, os movimentos sociais de luta pela terra. Em Mato Grosso do Sul há aproximadamente 200 assentamentos rurais instalados, o que representa a inserção de mais de 30 mil famílias no campo. Há, também, dezenas de acampamentos rurais com pessoas aguardando para serem incluídas no projeto de reforma agrária. Juntos, assentamentos e acampamentos rurais alimentam as demandas para os movimentos sociais na luta pelo acesso e permanência na terra. (MENEGAT, FAISTING, 2011)

No que se refere aos povos indígenas, destaca-se que a região também é fortemente marcada pela presença dessas populações. Estima-se que há cerca de 14.000 indígenas apenas no município de Dourados, distribuídos entre as etnias Guarani ou Nandeva, Kaiowá e Terena, que vivem quase que confinados em duas reservas demarcadas pelo

---

destaca: o “Mapa da Violência 2013: homicídios e juventude no Brasil” aponta Dourados como a 94ª no ranking das 100 cidades brasileiras, com mais de 10 mil jovens, que mais registraram mortes da população com idade entre 15 e 24 anos. Segundo o estudo, em 2011 aconteceram 35 homicídios no município. Para o delegado regional da Polícia Civil de Dourados: “*Nos casos investigados pela polícia, tanto a vítima quanto o acusado estão envolvidos com entorpecentes, principalmente por se tratar de uma cidade de médio porte e ficar próxima da fronteira com o Paraguai*” (Dourados News, 18/07/2013).

<sup>5</sup> Integram a faixa de fronteira no Brasil os municípios localizadas até 150 km da linha limítrofe com os países vizinhos. A fronteira do Brasil com os demais países da América do Sul (exceto Chile e Equador) se distribui ao longo de 16.886 km e a sua faixa interna, após ser modificada por diversas Constituições da República, se estende por 150 quilômetros para o interior do território brasileiro. Tal delimitação abrange 588 municípios em 11 Estados Federados. Desses, 122 estão localizados na linha de fronteira, sendo que 28 sedes municipais ali situadas conformam com os entes territoriais vizinhos “cidades gêmeas”. A faixa de fronteira está dividida em três grandes arcos: 1) Arco Norte (compreendendo a faixa de fronteira dos Estados do Amapá, Pará e Amazonas, além da totalidade dos Estados de Roraima e Acre; 2) Arco Central (compreendendo a faixa de fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; 3) Arco Sul (inclui a faixa de fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

governo federal: a Reserva Indígena de Dourados e Reserva Indígena Panambizinho. Na região está a maior população de índios falantes da língua guarani do Brasil, com uma demanda significativa por reconhecimento e demarcação do território, exigindo respostas do poder público e enfrentando a resistência – às vezes violenta – tanto da elite agrária local quanto de outros segmentos sociais.

Finalmente, por estar inserida no cenário platino de fronteiras internacionais, a *Grande Dourados* possui ainda uma posição geográfica estratégica para a consolidação do bloco de países sul americanos. Vale ressaltar que Mato Grosso do Sul possui uma das maiores comunidades paraguaias do Brasil, e alguns índices parecem apontar que a região apresenta uma expressiva população de paraguaios e seus descendentes.

Nesse contexto, portanto, há que se destacar a presença, atuação e articulação das forças de controle que atuam diretamente no combate e prevenção da violência e da criminalidade na região. No que se refere ao sistema policial, pela sua peculiaridade de região de fronteira Dourados não se caracteriza apenas pela existência de forças convencionais, mas também pela presença de outras forças bem como por uma experiência de integração das polícias civil e militar: trata-se do Departamento de Operações da Fronteira (DOF), uma experiência de integração entre as duas polícias que, para muitos, constitui a única experiência concreta dessa integração no Brasil.<sup>6</sup> Também há na região uma unidade da Força Nacional. Instalada em 2009 no Assentamento Itamaraty, o maior da América Latina, a Força Nacional tem a missão de vigiar a região de fronteira e combater o tráfico, mas tem atuado também nas comunidades indígenas.

Para além dessas diferentes forças policiais e de controle, há que se destacar algumas das políticas públicas propostas nessa área, no sentido de apontar para as “novas formas de gestão das fronteiras”, como sugerem Salla e Alvarez (2011):

Novas formas de gestão política dos espaços fronteiriços têm sido propostas pelo governo federal (em articulação com os governos dos estados) que combinam os elementos de afirmação da soberania e de defesa do território com preocupações específicas relativas à segurança pública – como o tráfico de drogas e de armas, o abigeato, o contrabando etc. A faixa de fronteira, nas duas últimas décadas, tem se tornado, também para o governo federal,

---

<sup>6</sup> O DOF se tornou um departamento apenas em 2009, pois desde 1987 quando foi criado era apenas um grupo de operações. Recentemente, suas atividades ampliaram-se também para a faixa de fronteira com a Bolívia. Realiza policiamento ostensivo motorizado itinerante na faixa de fronteira do Brasil (MS) com o Paraguai e a Bolívia. Realiza, ainda, eventualmente, policiamento nas divisas de SP e PR. A área de fronteira policiada é de 1.517 km (zigue-zague), englobando 12 municípios na fronteira e 39 na subfronteira - num total de 51 municípios.



uma área de intervenções que se volta para o incentivo ao desenvolvimento local, ao fortalecimento de organizações da sociedade civil etc. dentro de uma perspectiva de integração tanto nacional como internacional (SALLA e ALVAREZ, 2011, p. 14).

Nestes termos, os autores apontam para algumas iniciativas do governo federal que vem sendo desenvolvidas: criação, em junho de 2011, do “Plano Estratégico de Fronteiras”, que conta com a presença das Forças Armadas; implantação em 2009, pelo Ministério da Integração Nacional, do Programa de Promoção do Desenvolvimento da faixa de fronteira, a primeira iniciativa de alocação de recursos para o desenvolvimento desse território; adoção pelo Ministério da Saúde, em 2005, do Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras – SIS Fronteiras, com desdobramentos para a formação de quadros profissionais de saúde para atuação nas fronteiras; criação, em janeiro de 2010, da Universidade Federal de Integração Latino-Americana, UNILA, sediada inicialmente em Foz do Iguaçu, mesmo local onde foi criada, em setembro de 2010, a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira, uma espécie de embrião para um futuro PAC das Fronteiras (SALLA e ALVAREZ, 2011, p. 14-20). Acrescenta-se a essas iniciativas a implantação na região de Dourados, em agosto de 2011, do “Gabinete de Gestão Integrada da Fronteira” (GGI). Esse órgão foi o terceiro implantado no País e o segundo no Estado, tem como objetivo inibir o crime organizado e é formado pela União, Estado, Prefeitura e pelos países fronteiriços, que atuam em conjunto para operações na fronteira.

Considerando esse complexo de instituições e políticas públicas existentes, poderia se imaginar que os índices de violência nessa região são baixos se comparados a outras regiões do País. Contudo, os dados relativos aos números médios de homicídios para o período de 2000 a 2007, organizados pela pesquisa do NEV/USP, revelam que Dourados se destaca nesse quesito, ou seja, entre os municípios de 100 a 200 mil habitantes, ocupa a 22<sup>a</sup>. posição no *ranking* dos municípios com as maiores taxas médias de homicídio nesse período (SALLA, ALVAREZ, 2011, p. 26 e 33).

Dentro do objetivo de melhor qualificar esses indicadores, há que se destacar, ainda, a situação dos povos indígenas na região. Com efeito, Mato Grosso do Sul tem sido destaque há vários anos como o primeiro no *ranking* com maior número de homicídios contra indígenas. De acordo com o relatório “Violência contra os Povos Indígenas no Brasil”, que é produzido anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 60

indígenas foram assassinados em 2010 (dado que se repetiu pelo 3º ano consecutivo). Mato Grosso do Sul é o campeão com 34 casos, o que representa 56% do total de assassinatos de indígenas no Brasil. Em 2009 também foram registrados 60 assassinatos de indígenas, e mais uma vez a grande maioria – 33 - ocorreu em Mato Grosso do Sul, sendo todas as vítimas pertencentes à etnia Guarani-Kaiowá. Dos 33 casos ocorridos em 2009, 8 foram em Dourados, e dos 34 casos ocorridos em 2010, 10 foram em Dourados. Nos últimos dois anos a situação não mudou, ou seja, dos 32 assassinatos ocorridos no Estado em 2011, 14 foram em Dourados, e dos 37 ocorridos em 2012, 18 foram em Dourados. Como ressalta o relatório do CIMI produzido em 2012:

Também cresceu o número de assassinatos em Mato Grosso do Sul, com o registro de 37 vítimas, contra os 32 casos registrados em 2011. O estado continua à frente no número de casos no país, com mais de 60% das ocorrências. A grande maioria das mortes ocorreu entre indígenas do povo Guarani-Kaiowá, com 34 pessoas assassinadas. Também houve mortes entre os povos Terena (2) e Guarani Nhandeva (1). (CIMI, 2012) <sup>7</sup>

Uma das hipóteses que poderia contribuir para melhor compreender a violência praticada contra os povos indígenas na região é que, além dos conflitos decorrentes da demarcação de terras propriamente dita, a “invisibilidade” social desses povos na região contribui, também, para uma menor sensibilidade em reconhecer a gravidade do problema, tanto por parte da população local quanto pelas autoridades instituídas, o que sugere atenção especial também para a importância das representações sociais que alimentam as imagens acerca dos indígenas, na medida em que podem até mesmo servir para justificar muitas das violências praticadas contra os mesmos.

---

<sup>7</sup> Um dos casos que teve repercussão nacional e internacional ocorreu em novembro de 2011, quando o cacique Nísio Gomes foi assassinado depois da invasão do acampamento Tekoha Guaiviry, em Amambai, por cerca de 40 homens encapuzados. Com relatório em fase de conclusão pela FUNAI, a área ocupada pela comunidade indígena está em processo de identificação desde 2008. A região do ataque fica a meia hora da fronteira com o Paraguai. Mais recentemente, embora também não tenha ocorrido na região de Dourados, ganhou destaque na imprensa a ocupação, pelos índios da etnia Terena, de uma fazenda localizada no município de Sidrolândia, que culminou, durante o processo de desocupação autorizado pela justiça, na morte de um indígena. Ressalta-se que a referida fazenda já foi demarcada pela FUNAI como território indígena, e estava aguardando recurso impetrado pelo proprietário, um ex deputado federal.

### 3. ANOTAÇÕES SOBRE JUSTIÇA E SEGURANÇA NA GRANDE DOURADOS

#### 3.1 – Sobre a estrutura de funcionamento e de pessoal de justiça e segurança pública

A participação na pesquisa sobre segurança pública nas fronteiras, realizada durante o ano de 2013, nos permitiu conhecer melhor a realidade de 23 municípios dos 44 localizados na faixa de fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul. O diagnóstico foi realizado, em sua primeira fase, com a aplicação de questionários com questões objetivas sobre a estrutura e funcionamento dos sistemas de justiça e segurança pública locais, e sobre as percepções de profissionais acerca da criminalidade e da fronteira nessa região.<sup>8</sup> Destes municípios, 14 integram a região conhecida como a *Grande Dourados*. Contudo, considerando que a maior parte da estrutura de justiça e segurança pública, incluindo as forças de atuação na fronteira, estão localizadas na cidade-pólo de Dourados,<sup>9</sup> selecionamos para essa nova pesquisa, que pretende aprofundar os aspectos mais qualitativos não contemplados pelo diagnóstico anterior, os 09 municípios que estão mais próximos de Dourados, e que utilizam essa estrutura com mais frequência, não apenas no que se refere à segurança pública e ao sistema de justiça, mas também outras áreas como comércio, saúde e educação.

Como sugere Porto (2010, p. 84), ao afirmar a importância de se considerar os contextos específicos nos quais os indivíduos movem suas práticas e representações, no caso em questão é importante, antes de avançar no estudo das representações sociais, considerar como estão estruturadas as forças de controle, prevenção e punição na região estudada.

---

<sup>8</sup> Os municípios cobertos pela equipe da UFGD da qual participamos foram os seguintes: Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Iguatemi, Itaporã, Itaquiraí, Japorã, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Mundo Novo, Naviraí, Novo Horizonte do Sul, Paranhos, Rio Brilhante, Sete Quedas, Tacurú, Taquarucú e Vicentina.

<sup>9</sup> Como cidade-pólo e estratégica na área de segurança pública, Dourados concentra a grande maioria das instituições de justiça e segurança da região. Por exemplo, apenas em Dourados existem delegacias especializadas como a Delegacia de Defesa da Mulher e a Delegacia da Infância e Juventude, assim como é o único que possui uma Delegacia Especializada nas Operações de Fronteira (DEFRON), que atua em parceria com as demais forças, especialmente com o Departamento de Operações de Fronteira (DOF). Conta exclusivamente, ainda, com uma unidade da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Receita Federal e da Força Nacional. No campo da Justiça conta também, e de forma exclusiva, com duas Varas da Justiça Federal e uma unidade do Ministério Público Federal, com juízes e procuradores que tem competência para atuar nas questões federais, como nos casos que envolvem a demarcação de terras indígenas e quilombolas, por exemplo. Nesse texto, abordaremos apenas as percepções de alguns profissionais da justiça e da segurança pública em âmbito estadual.

**Tabela 1: População dos municípios, distância da Comarca de Dourados e quantitativo de alguns dos profissionais de justiça e segurança que atuam na região**

Municípios da Grande Dourados	População Estimada (2013)	Distância de Dourados	Polícia Militar	Polícia Civil	Juiz	Promotor Público	Defensor Público	Corpo de Bombeiro	Guarda Municipal
Dourados	207.498	-	310	104	12	16	16	93	113
Rio Brilhante	33.362	63 Km	30	10	02	03	01	-	
Caarapó	27.554	54 Km	28	10	02	02	01	19	-
Itaporã	22.231	19 Km	11	08	01	01	-	-	-
Fátima do Sul	19.260	41 Km	58	12	02	02	01	30	-
Deodápolis	12.534	78 Km	18	09	01	-	-	-	-
Glória de Dourados	10.025	74 Km	17	09	01	01	01	-	-
Vicentina	6.013	51 Km	11	07	-	-	-	-	-
Douradina	5.616	33 Km	06	04	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>344.093</b>		<b>489</b>	<b>173</b>	<b>21</b>	<b>25</b>	<b>20</b>	<b>142</b>	<b>113</b>

**Fonte:** questionários aplicados pela “Pesquisa sobre segurança pública nas fronteiras” (2013)

De acordo com a tabela acima, a primeira constatação importante é a alta concentração dos profissionais na Comarca de Dourados. No caso das forças policiais, 63% dos policiais militares e 60% dos policiais civis atuam nessa Comarca. No que se refere às instituições de justiça a situação não é diferente, ou seja, 57% dos juízes, 64% dos promotores e 80% dos defensores públicos estão fixados em Dourados. Destaca-se a situação da defensoria pública, uma vez que, além de Dourados, apenas quatro dos outros oito municípios contam com a presença desse profissional, situação não muito diferente da promotoria pública, que não conta com esse profissional em três dos nove municípios. Ressalta-se, ainda, que na grande maioria dos municípios da *Grande Dourados* que contam com a presença de defensores e promotores públicos, não possuem sede própria.

Se considerarmos a dificuldade de deslocamento para Dourados, bem como o fato de a região ser rota de passagem do tráfico, e por isso ocorrer muitas prisões em flagrante, é provável que muitos presos não sejam beneficiados pelos serviços da defensoria pública, ou contam com ela de forma precária. Uma análise da situação dos presos da maior penitenciária do Estado que está localizado em Dourados, o presídio Harry Amorin Costa, pode ser reveladora dessa deficiência na prestação jurisdicional. Situação mais grave, talvez, seja a dos indígenas em situação de encarceramento. Na entrevista realizada com o diretor do presídio em 2013, constatamos que a população de detentos era de 1.840 pessoas, sendo 460 provisórios. Desse total de presos, aproximadamente 70 eram indígenas

e 40 eram paraguaios. A grande maioria dos detentos, segundo o diretor, estava presa por tráfico de drogas e armas, mas havia também muitos presos por roubos e homicídios.

Destaca-se, ainda, no que se refere à grande concentração dos profissionais de justiça e segurança em Dourados, a situação do Corpo de Bombeiros e da Guarda Municipal. Quanto ao primeiro, observa-se que, além de Dourados, apenas dois dos nove municípios selecionados contam com a presença dessa força. Como o atendimento prestado pelos bombeiros em geral ocorre em acidentes e situações mais graves, acredita-se que isso traz grandes prejuízos para os municípios que dependem do descolamento da corporação a partir de Dourados. No mesmo sentido, apenas Dourados possui unidade da Guarda Municipal, a qual exerce um papel fundamental de apoio às demais forças de segurança que atuam no município, especialmente na defesa do patrimônio público.

Ainda sobre a estrutura de funcionamento das instituições de justiça e segurança, cabe ressaltar a precariedade da estrutura física e a falta de pessoal existente nas delegacias de polícia. Embora na tabela acima esteja registrado o total de policiais civis, não estão identificados os municípios sem delegados titulares, ou os que contam parcialmente com esse profissional. É o caso, por exemplo, de Glória de Dourados, que na ocasião da pesquisa não contava com a atuação desse profissional, assim como em outros municípios que contava apenas parcialmente, como Douradina e Vicentina. Nestes três municípios, inclusive, os questionários foram respondidos pelos escrivães de polícia.

Com efeito, foi recorrente nas entrevistas com muitos delegados a falta de estrutura e de pessoal para atuarem na polícia civil. Muitos argumentaram, inclusive, que o salário de delegado é superior ao de colegas de outros estados, mas que isso não garante que tenham condições adequadas de trabalho. Muitos desses profissionais, inclusive, vêm sua atuação na fronteira como um “pedágio” que têm que pagar para, posteriormente, serem transferidos para outros locais. Atuar na fronteira para muitos, portanto, se traduz menos num desejo pessoal e mais numa imposição da carreira. Além disso, alguns apontam a necessidade de haver “rodízio” entre os profissionais da segurança pública que atuam na fronteira, até para evitar que haja envolvimento com o crime organizado. Tal constatação sobre a estrutura física e a falta de pessoal também se apresentam para a polícia militar e o sistema de justiça. Contudo, foi perceptível que no caso da polícia civil as condições se apresentam de forma mais precária, não apenas nos municípios localizados na faixa de fronteira, mas sobretudo naqueles que se situam na linha de fronteira e que também pudemos conhecer, como os municípios de Paranhos, Sete Quedas e Mundo Novo.

### 3.2 – Sobre a percepção de alguns profissionais de justiça e segurança pública

No que se refere à percepção dos profissionais sobre a violência e a criminalidade na fronteira, por conta da alta concentração da estrutura física e de pessoal em Dourados, esse município deve ser o foco principal para o levantamento dessas representações, tanto por parte dos profissionais como de outros sujeitos envolvidos direta ou indiretamente com essas questões. Nesse *paper*, contudo, apresentaremos apenas algumas percepções dos representantes dos policiais civis e militares, bem como de juízes que atuam nos municípios da Grande Dourados. Para levantamento dessas percepções, recuperamos do questionário aplicado quatro questões formuladas para todos os profissionais entrevistados. Com exceção da primeira questão, na qual poderiam justificar suas respostas, nas demais deveriam apenas indicar se estão mais ou totalmente de acordo, ou mais ou totalmente em desacordo com as afirmações feitas. Foram as seguintes questões:

1. O fato de estar próximo à fronteira é mais positivo para o desenvolvimento econômico do município do que se não estivesse? Por que?
2. Apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia desse município.
3. É comum dizer das regiões de fronteira, que a posse de armas de fogo é mais freqüente do que em outros municípios.
4. Este município apresenta características únicas de criminalidade, se comparado com municípios brasileiros que não estão na faixa de fronteira.

A seguir apresentaremos as percepções dos diferentes profissionais separadamente para, nas conclusões finais, arriscar uma síntese geral dessas representações, independente das posições que ocupam no sistema de justiça e segurança pública locais.

#### 3.2.1 - Representações de policiais militares que atuam na Grande Dourados

No que se refere aos policiais militares, sobre a primeira questão 77,8% dos entrevistados responderam que não, ou seja, que estar próximo à fronteira não representa benefícios para o desenvolvimento econômico do município. Entre as razões apresentadas para essa percepção estão as seguintes: “*a facilidade de comércio no Paraguai atrapalha as cidades próximas*”; “*deixam de comprar no comércio local para se deslocarem para a região de fronteira por conta da proximidade*”. Os argumentos favoráveis à idéia de que a

proximidade da fronteira favorece a economia local foram: *”atração de pessoas, passagem para compras”*; *“aquecimento da economia local”*.

Sobre a segunda questão, a que afirma que apesar de ilegais as atividades como contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia local, 66,6% dos policiais militares se manifestaram como estando mais ou menos em *desacordo* com essa afirmação, e 33,4% manifestaram estar mais ou menos de *acordo* com ela. Assim como na questão anterior, o representante de Dourados está entre a minoria, ou seja, acredita que o tráfico de mercadorias ilícitas pode, sim, dinamizar a economia local.

Na questão relativa à posse de arma de fogo, as opiniões dos policiais militares se dividiram quase que igualmente, sendo que 55,6% estão mais ou menos de *acordo*, ou seja, acreditam que nas regiões de fronteira a posse de arma de fogo é mais freqüente do que em outros municípios, enquanto que 44,4% acreditam que não há diferença entre os municípios quanto à posse dessas armas. Dourados, nesse caso, acompanha os que acreditam que há, sim, maior concentração de armas em municípios de fronteira.

Sobre a quarta e última questão, onde se indaga se o município apresenta características únicas de criminalidade por estar na fronteira, a maioria dos policiais militares está mais ou totalmente em *desacordo* com essa afirmação, ou seja, 66,6% acredita que não há especificidade na criminalidade de fronteira em termos da realidade do município em que atuam. Já para 33,4% dos policiais militares dessa região seus municípios apresentam características únicas de criminalidade justamente por estarem situados na faixa de fronteira. Dourados, novamente, está entre a minoria, ou seja, entre aqueles que acreditam existir certa especificidade da criminalidade de fronteira.

### **3.2.2 - Representações de policiais civis que atuam na Grande Dourados**

Sobre a primeira questão, quase todos os policiais civis entrevistados manifestam discordância com o fato de que estar próximo à fronteira favorece o desenvolvimento econômico do município. Apenas um dos entrevistados respondeu que não sabe. Entre as justificativas apresentadas para as repostas destacam-se as seguintes: *“a distância dos grandes centros consumidores aumentam custo de produção e os produtos sofrem forte concorrência dos produtos importados”*; *“o consumo ocorre no Paraguai”*; *“não traz benefício. É mais negativo porque “pega” os modos de vida dos paraguaios, a cultura de viver de qualquer maneira”*.

Ressalta-se, entre as manifestações dos policiais civis entrevistados, essa última que atribui à proximidade com os paraguaios as razões para os problemas relativos ao desenvolvimento econômico local, ou seja, as dificuldades estariam justamente no fato de os brasileiros adquirirem “*a cultura de viver de qualquer maneira*”. Tal representação, de certa forma também um estereótipo, foi bastante evidenciada, explícita e implicitamente, em muitas outras manifestações, não apenas por parte dos profissionais de segurança e justiça, mas também de brasileiros que residem nas regiões de fronteiras e que atribuem à cultura paraguaia e indígena não apenas à responsabilidade pela criminalidade local, mas também a causa de um “atraso” cultural nessas regiões. Tais percepções foram mais exploradas nas entrevistas em profundidade e nos grupos focais com diferentes segmentos sociais, sobretudo nos municípios localizados na linha de fronteira. Apenas como ilustração, citamos uma manifestação de outro delegado entrevistado que, ao tratar dos crimes mais recorrentes na região afirma o seguinte: “*índio mata por nada*”.

Sobre o contrabando e o tráfico de mercadorias ilegais, os policiais civis também foram quase unânimes em manifestarem mais ou total *desacordo* com a afirmação de que tais atividades dinamizam a economia do município. Apenas um deles manifestou estar totalmente de acordo com essa afirmação. Já no que se refere à posse de armas de fogo, a maioria (66,6%) manifestou estar mais ou menos de *acordo* com a afirmação de que a posse dessas armas é mais freqüente nos municípios de fronteira, enquanto a minoria (33,4%) acredita que não há diferenças entre os municípios nessa questão, citando, inclusive, que as taxas de criminalidade nos grandes centros urbanos são maiores do que nos municípios de fronteira, e, ainda que as armas sejam traficadas pelas fronteiras, em geral são enviadas para outros locais. Os que defendem o contrário argumentam que é necessário considerar, também, os valores da cultura local na qual a posse e o uso da arma de fogo para proteção pessoal e resolução de conflitos ainda é uma realidade. O representante de Dourados está, novamente, entre a minoria, ou seja, manifestou estar mais de acordo com a idéia de que a posse de armas de fogo é mais comum na fronteira.

Quanto a possibilidade do município onde atuam apresentar características únicas de criminalidade, novamente as opiniões se dividiram. Enquanto 55,6% dos policiais civis discordam dessa afirmação, 44,4% estão mais de acordo com ela. O representante da polícia civil de Dourados, novamente, está entre os que acreditam na existência de uma especificidade da criminalidade existente nos municípios de fronteira.



### 3.2.3 - Representações de juízes que atuam na Grande Dourados

Sobre as percepções dos juízes que atuam nos municípios da *Grande Dourados*, cabe ressaltar que nem todos os municípios contam com a presença exclusiva desse operador do Direito. Na ocasião da aplicação dos questionários, Vicentina e Douradina não possuíam fóruns e eram atendidas, respectivamente, pelas comarcas de Fátima do Sul e Itaporã. Ainda, o juiz de Itaporã foi o mesmo que respondeu o questionário de Deodápolis, pois na ocasião estava substituindo o colega desse município.

Sobre a questão relativa ao desenvolvimento econômico local, a quase totalidade dos juízes manifestou-se de forma contrária, ou seja, a proximidade com a fronteira não representa para eles melhoria no desenvolvimento econômico do município em que atuam. Nesse caso, o representante de Dourados foi o único que afirmou não saber. Quanto às razões para a negativa constam os seguintes argumentos: *“o município é mais ligado à agricultura e a fronteira disponibiliza produtos importados”*; *o desenvolvimento econômico desse município não está atrelado ao fator fronteiriço, mas a outros fatores*; *“o Brasil é um país refratário ao comércio mundial, isolacionista de tendência marxista”*

Na questão relativa ao contrabando e ao tráfico de mercadorias ilícitas, os juízes foram unânimes em manifestar total *desacordo* com a afirmação de que tais atividades dinamizam a economia do município. Já no que se refere à posse de arma de fogo as manifestações se dividiram, sendo que 57,1% dos juízes manifestaram estar mais ou totalmente de *acordo* com a afirmação de que a posse dessas armas é mais freqüente em municípios de fronteira, enquanto que 42,9% disseram estar mais ou totalmente em *desacordo* com essa afirmação. Sobre essa questão, o representante de Dourados acompanha novamente a minoria. Finalmente, no que se refere à afirmação de que há uma especificidade acerca da criminalidade na região de fronteira, 71,4% dos juízes manifestaram estar em *desacordo* com essa afirmação. Dessa vez, o representante de Dourados acompanhou a maioria.

Ao observar as manifestações dos operadores do Direito que atuam em Dourados, constata-se que, em geral, os mesmos apresentam percepções que diferem da maioria das outras percepções, indicando uma posição mais favorável ao reconhecimento de que há uma especificidade da criminalidade na fronteira, apesar de reconhecerem, ao mesmo tempo, uma influência das atividades ilegais na dinamização da economia local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse texto foi apresentar parte dos resultados alcançados em uma pesquisa em andamento que tem, entre outros, o objetivo de compreender como as representações sociais da violência e da criminalidade na fronteira articulam-se com os problemas característicos da região conhecida como a *Grande Dourados*. Para tanto, estamos partindo das contribuições de Porto (2010) para quem o recorte via representações sociais é fundamental no estudo de fenômenos como a violência. Considerando, ainda, a importância dos contextos específicos nos quais as representações são (re)produzidas, buscamos, inicialmente, caracterizar a estrutura de funcionamento e de pessoal das instâncias de justiça e de segurança pública da região estudada.

Assim, no que se refere às condições objetivas e materiais sob as quais as instituições de justiça e de segurança pública operam, pudemos constatar uma alta concentração de profissionais em Dourados em detrimento dos demais municípios da região, o que dificulta, em nossa avaliação, o acesso a estas instâncias por parte dos moradores dos outros municípios. Destaca-se, especialmente, a situação da Defensoria Pública, já que não há defensores atuando na maioria dos municípios. O mesmo ocorre com relação à polícia civil, pois há municípios que não contam com delegacias e outros que, embora tenham delegacias instaladas não contam com a presença de delegados titulares atuando nas mesmas. Ainda que a falta de estrutura e de pessoal também tenham sido constatadas no âmbito da polícia militar e do sistema de justiça, pareceu-nos, pela observação, que a situação da polícia civil é de fato mais precária.

Sobre as representações sociais da fronteira por parte de alguns dos profissionais que atuam nessas instituições, constatamos que os policiais civis e os juízes apresentaram uma maior unidade de pensamento se comparado aos policiais militares, sugerindo que essa homogeneidade na forma de ver a fronteira pode refletir menos suas convicções pessoais e mais as representações sociais que sustentam seus discursos profissionais. Daí a importância em considerarmos como as representações sociais são produzidas e reproduzidas em cada uma dessas diferentes profissões do sistema de justiça e segurança.

Contudo, para os propósitos dessa breve reflexão importa destacar como os profissionais manifestaram, de forma geral, suas percepções sobre a fronteira e os problemas atribuídos a ela no que se refere à violência e à criminalidade. Em síntese, e para além de algumas especificidades observadas no interior de cada grupo de profissionais entrevistados, constatou-se que 91,3% deles não acredita que a proximidade com a

fronteira é mais positivo para o desenvolvimento econômico do município em que atuam. Da mesma forma, 84% também não considera que, apesar de ilegais, as atividades como contrabando e o tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia local. Sobre as armas de fogo, 60% dos entrevistados concorda que a posse dessas armas é mais freqüente nos municípios de fronteira. Por outro lado, para 64% dos entrevistados não há características únicas de criminalidade nesses municípios.

Em síntese, independente dessas variações, vale ressaltar que os entrevistados, em geral, não identificam em suas percepções a possibilidade de formas múltiplas de sociabilidade na região de fronteira que não sejam aquelas marcadas pela violência e pelas atividades criminosas e ilegais. Dificilmente apareceram, nessas manifestações, elementos que destacassem a riqueza da diversidade étnica e cultural que também caracterizam a região.

Nesse sentido, podemos concluir, ainda que de forma preliminar, que para além da violência e da criminalidade urbanas, bem como dos crimes associados ao tráfico de drogas e outras formas de criminalidade, a região da *Grande Dourados* é marcada por práticas e representações da violência ainda fundamentadas na idéia de fronteira como espaço da “recriação/renovação do arcaico” (MARTINS, 2008). Daí a importância de, além dos índices de homicídios e outras formas de violência que tornam essa realidade objetiva e passível de ser medida, compreendermos, via representações sociais, quais crenças, valores e interesses estruturam as práticas dos profissionais que atuam nessas regiões de fronteira. Em síntese, pode-se dizer que, como ocorre em todo o País, a violência em Mato Grosso do Sul é uma realidade que atinge a todos. Há, contudo, na região de fronteira em geral, e na região da *Grande Dourados* em particular, uma especificidade nas práticas da violência contra certos segmentos cujo recorte se explica também a partir relação diferença/identidade, e em suas múltiplas conexões com as diferentes representações sociais da violência e da fronteira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, S. “A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, 35:3-24, 1993.
- ALBUQUERQUE, J.L.C. *A Dinâmica das Fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo, Annablume-Fapesp, 2010.
- ALVAREZ, M.C. e SALLA, F. “Violência e Fronteiras no Brasil: tensões e conflitos nas margens do estado-nação”. *Anais do 34º. Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2012.

BARREIRA, C. e ADORNO, S. “A Violência na Sociedade Brasileira”. In: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloisa Helena de Souza. (org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. 1ª. Edição. São Paulo, Barcarolla, pp. 303-374, 2010.

CALDEIRA, T.P.R. *Cidade de Muros*. São Paulo, Edusp, 2000.

FAISTING, A.L. e OLIVEIRA, R.S. “Juizado Especial Criminal: um estudo de caso a partir das audiências preliminares de conciliação”. *Anais do II Encontro Nacional de Antropologia do Direito*. São Paulo, 2011.

GARLAND, D. *A Cultura do Controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Coleção Pensamento Criminológico 16. Rio de Janeiro, Instituto Carioca de Criminologia, 2008.

\_\_\_\_\_. *Punishment and Modern Society: a Study in Social Theory*. Chicago, The University of Chicago Press, 1990.

JODELET, D. “Representações Sociais: um domínio em expansão”. In JODELET, D. (org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro, Editora da UERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, S e GUARESCHI, P. (Org.). 1994. *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1994.

KANT DE LIMA, R. MISSE, M. MIRANDA, A.P. “Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. São Paulo, 50:45-123, 2000.

MARTINS, J.S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2008.

MENEGAT, A.S.; FAISTING, A.L. “Direitos Humanos, Movimentos Sociais e Educação: redes de diálogos para o fortalecimento da reforma agrária em Mato Grosso do Sul”. *Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v. 3, n. 2, jan/jul. 2011.

MISSE, M. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de Sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro, Lúmen Juris, 2006.

PORTO, M.S.G. *Sociologia da Violência: do conceito às Representações Sociais*. Brasília, Editora Francis, 2010.

SALLA, F. e ALVAREZ, M.C, OI, A.H. *Homicídios na faixa de fronteira do Brasil, 2000-2007*. Projeto Violência e Fronteiras. Relatório de pesquisa. São Paulo, Núcleo de Estudos da violência da USP, 2011.

ZALUAR, A. “Violência e Crime”. In MICELI, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira - 1970-1995..* São Paulo, Sumaré, Anpocs, Capes, pp. 15-107, 1999.